

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE BRAGA
 Instituição Particular de Solidariedade Social, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, D.R. III
 Série nº 206, de 06 de Setembro de 2000
 Rua de São Lázaro n.º 38
 4700 – 327 Braga – NIF: 504 646 702



Página 1 de 3

No dia 05 de Junho de 2018, pelas 20.00h, reuniu-se, na sede da Associação, em Braga, o Conselho Fiscal da APPACDM de Braga. Presidiu aos trabalhos José Manuel Peixoto Silva.

Presenças: José Manuel Peixoto Silva, José David Figueiredo Cepa e José Carlos Matos Oliveira. Também acompanharam os trabalhos, pela contabilidade, Dr. J. Miguel Barbosa; pela assessoria jurídica, Dr. Bruno Pereira Ramos.

Os assuntos tratados, e correspondentes procedimentos e deliberações, constam do quadro seguinte:

Assunto tratado	Deliberação
LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR.----- Foi lida acta número quinze.-----	Aprovado por unanimidade.
RELATÓRIO E CONTAS 2017, BEM COMO ANALISE ÀS CONTAS QUE SERVIRAM DE BASE À ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS APRESENTADO PELA DIRECÇÃO DA AAPCDM REFERENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.----- O Presidente do Conselho Fiscal tomou a palavra, para referir que nos termos dos Estatutos da APPACDM de Braga, o Conselho Fiscal deve preparar parecer relativamente ao Relatório e Contas do exercício de 2017, versando o referido relatório a forma como foram geridas as atividades da Associação. Referiu-se ainda ao processo de alteração dos órgãos sociais, ocorrida em finais de 2017, sendo que essa situação constituiu uma limitação significativa à missão de fiscalização deste órgão.----- Neste sentido, foi efetuada a cronologia dos acontecimentos, referindo-se à sentença n.º 7267/12.0TBRRG, que correram termos na extinta Vara de Competência Mista do Tribunal Judicial de Braga, já transitada em julgado, após Acórdãos promanados pelo Tribunal da Relação de Guimarães que apreciou um recurso de apelação, assim como Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, o qual apreciou um recurso de revista, foi decidido: a) Julgar procedente a presente ação e em consequência anular a deliberação tomada na Assembleia Geral da “Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Braga” ocorrida em 17 de Dezembro de 2011, designada de “Assembleia Eleitoral” que determinou a eleição da Lista A (Única) e consequentemente, o respetivo ato eleitoral.----- Neste seguimento, dado que as anteriores sentenças não estavam a ser cumpridas, nos termos do processo nº 6739/17.4T8VNF, que correram termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga foi deliberado:----- a) A decisão de anulação do ato eleitoral, opera uma mutação extinguindo o ato eleitoral e a consequente eleição operada por esse ato. Como consequência dessa mutação, os órgãos eleitos são deslegitimados, devendo a situação anterior a essa ser retomada.----- b) O cumprimento do dever de executar o efeito repristinatório da anulação circunscreve-se à reconstituição do <i>statu quo</i> ante, isto é, da situação inicial que	

existia no momento da intervenção ilegal, e concretiza-se na remoção da situação que a alterou no plano dos factos, nomeadamente, na remoção das consequências “diretas ou imediatas” do ato anulado.-----

Em resultado desta decisão, no dia 19 de dezembro de 2017, os atuais órgãos sociais assumiram funções.-----

Neste sentido, foi impossível acompanhar a Direção anterior no desempenho das suas funções na quase totalidade do período de 2017. O Conselho Fiscal apenas acompanhou a atual Direção, sendo que a sua atividade operacional foi apenas de gestão corrente até ao termino do ano de 2017. O encerramento do exercício económico e elaboração dos documentos de prestação de contas foi supervisionada não tendo sido detetada diferenças dignas de registo.-----

O Presidente do Conselho Fiscal explicou ainda que o trabalho de fiscalização realizado por este órgão, passou por reunir com o Departamento Financeiro da associação, no sentido de analisar as principais rubricas das demonstrações financeiras, sendo da sua convicção que as referidas demonstrações financeiras de 2017 refletem de forma verdadeira a realidade económica da APPACDM. No entanto, cumpre referir os constrangimentos e condicionalismos relacionados com o Passivo a funcionários e fornecedores da associação impossível de resolver a curto prazo sem recurso a meios extraordinários que ainda não foi possível ultrapassar até ao final de 2017. -----

Foi ainda discutido o equilíbrio de exploração da APPACDM, sendo que as medidas tomadas pela antiga direção e que a atual Direção manifestou intenção de manter, levam a acreditar que, no médio prazo, os compromissos financeiros da associação possam começar a ser resolvidos à medida que os planos de pagamento estipulados com terceiros terminem e mais meios financeiros sejam libertados. O Conselho Fiscal deixa ainda nota para a necessidade da Direção acautelar meios extraordinários capazes de solver compromissos transitados de períodos anteriores de forma a suprir os referidos passivos em mora.-----

Assim,-----

Julgamos que, quer no plano social quer no plano financeiro, pesem as suas condicionantes, os objetivos foram alcançados, para o que muito tem contribuído a compreensão dos colaboradores, que continuam a aguardar a solução para o pagamento dos salários em atraso.-----

Fruto dos constrangimentos e alteração dos órgãos sociais referidos anteriormente, não demos parecer sobre o plano e orçamento para 2017 e 2018, realçando, contudo, que os objetivos tipificados no orçamento de 2017, aprovado em Assembleia Geral, foram cumpridos.-----

No final do exercício, analisamos o Relatório e Contas apresentado pela Direção, bem como, a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas tendo deliberado emitir o seguinte:-----

1- O Balanço e demais documentos financeiros apresentados, traduzem a situação financeira e económica da atividade e merecem parecer favorável do Conselho Fiscal;-----

2- A proposta de aplicação do resultado do exercício efetuada pela Direção merece a nossa aprovação, sendo que os resultados apurados foram positivos em 6 038,78 euro.-----

3- A ação de fiscalização deste órgão no cumprimento dos estatutos da APPACDM foi iniciada apenas em 19 de dezembro, situação que não permitiu aos atuais membros reunir com membros da Direção que cessou funções, nem desempenhar

o acompanhamento da gestão durante a maior parte do ano.-----

4- Aprovar o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal-----

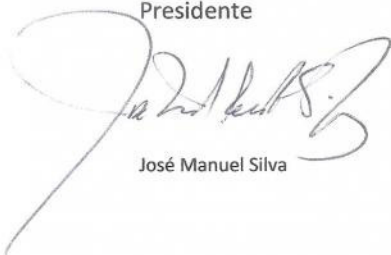
5- O Conselho Fiscal sugere ainda à atual Direção que diligencie no sentido de ultrapassar as reservas colocadas na Certificação Legal das Contas pelo ROC da APPACDM.-----

Por último, o Conselho Fiscal, quer deixar uma palavra de agradecimento e confiança muito especial ao empenho dos colaboradores e dos pais dos utentes condição essencial para assegurar os Órgãos Sociais na sua missão de condução da Instituição.

Aprovado por
unanimidade.

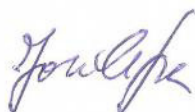
A) DIRECÇÃO

Presidente



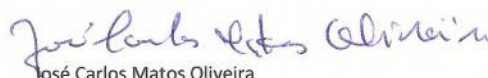
José Manuel Silva

1.º Vogal



José David Figueiredo Cepa

2.º Vogal



José Carlos Matos Oliveira